

NOTA DE REPÚDIO: Contra a criminalização dos movimentos sociais; não à violência do estado burguês...



Abaixo, confira as entidades que assinam a nota de repúdio.

Há mais de uma década presenciamos a ampliação das formas de controle dos sindicatos que, capitaneados por um partido dito “dos trabalhadores”, tem usado de mecanismos tradicionais de dominação para controlar, ideológica e politicamente, a classe trabalhadora, dentro das fábricas, das escolas, dos sindicatos e das universidades. Para garantir a manutenção do seu status, essa organização tem tentado, como estratégia fundamental, conduzir a luta legítima dos movimentos sociais. Em vista disso, o PT, habituado ao controle das organizações de classe, tem usado constantemente da violência física e simbólica para inibir qualquer crítica sociopolítica, inclusive por força policial contra trabalhadores, professores e estudantes que expressem publicamente suas opiniões.

Esse partido que, no contexto histórico de “redemocratização do Brasil”, foi uma referência para a classe trabalhadora organizada, abandonou há muito tal referência em nome da governabilidade, tornando-se um mero administrador dos negócios da burguesia, para isto restabelecendo mecanismos e instrumentos que pareciam ter ficado no passado ditatorial. Como resultado disso, temos a visível cooptação dos sindicatos – e de outros espaços políticos – que passaram a defender e operacionalizar crescentes ataques aos direitos mínimos conquistados pelos trabalhadores. Em associação com os setores mais conservadores da sociedade, aprofundaram a política neoliberal no país tornando agudo o empobrecimento econômico, desestruturando o sistema educacional em favor de uma alienação brutal.

Na atual conjuntura, se articula para colocar em prática as reformas políticas e econômicas imprescindíveis à manutenção dos privilégios das classes dominantes em detrimento das necessidades e interesses da maioria da população pobre e trabalhadora deste país, inclusive saqueando os cofres públicos. Estas movimentações se agudizaram a tal ponto de os setores mais conservadores da política brasileira, até então sua base de apoio, seus aliados, se sentirem à vontade para realizar a troca da presidente de maneira espúria, amparada pela própria legislação burguesa, privilegiando a acumulação de capital em escala internacional, a reboque do imperialismo. Tal quadro tem gerado insatisfações no âmbito dos trabalhadores e tem acirrado a luta de classes. Os trabalhadores têm apontado para lutas por recuperar direitos e condições dignas de trabalho, contra a eliminação física de jovens, sobretudo aqueles moradores das periferias das cidades. Enfim, a participação política em sua totalidade concreta.

Entretanto, o que tem ocorrido há certo tempo é a brutal repressão do Estado burguês na tentativa de coibir e criminalizar os movimentos sociais que buscam cada vez mais autonomia e uma postura crítica frente a esse quadro conjuntural. Na Bahia, esse processo não tem sido diferente. O PT, no comando do governo estadual, juntamente com seus aliados de todos os matizes políticos, tem usado reiteradamente da violência, como o fez recentemente, no dia 22 de agosto de 2016, quando professores, estudantes e participantes de diversos movimentos sociais compareceram a um ato público para reivindicar direitos trabalhistas e a suspensão de políticas neoliberais restritivas que vêm impondo limites ao funcionamento de escolas e universidades públicas.

A singularidade do ato espúrio promovido por seguranças do governador da Bahia, Rui Costa (PT), que atingiu violentamente os manifestantes que estavam no protesto não estão desconectados do contexto geral em que vivemos e, por isso, revelam apenas a defesa intransigente do Estado burguês por parte dos seus recentes mandatários. Assim, diante da conjuntura de crise econômica, política e social em que estamos, é preciso analisar, discutir e debater os rumos e as medidas em curso, atentatórios aos interesses e sobrevivência das classes trabalhadoras. No momento esse quadro é falseado pelo discurso altamente ideológico advindo dos partidários – e beneficiários – da democracia representativa burguesa.

Reafirmamos o enfrentamento do Estado gestor da violência, não admitindo, sob qualquer hipótese, nem mesmo do controle de um partido supostamente dos trabalhadores, o jugo daqueles a serviço da dominação burguesa.

Para tanto, propomos uma agenda política clara e imediata para juntos debatermos a conjuntura política atual e discutir formas efetivas, autônomas e legítimas de atuação nas lutas sociais pela emancipação da classe trabalhadora mesmo que, para isto, tenhamos de enfrentar a violência da burguesia e daqueles que gravitam em torno de seu núcleo. Só assim, entendemos, teremos a organização necessária para uma efetiva mobilização dos trabalhadores contra os ataques e a violência do Estado burguês e de todos os seus serviços!

GEILC – GRUPO DE ESTUDOS DE IDEOLOGIA E LUTA DE CLASSES – MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

GEPS – GRUPO DE ESTUDOS POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL – MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

GHEMPE – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS – MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

GFE – GRUPO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: MEMÓRIA, IMAGEM, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO NO BRASIL- MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

GETE – GRUPO DE ESTUDOS TRABALHO E EDUCAÇÃO – MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

GDICEM – GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIDÁTICA DAS CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS E DA MATEMÁTICA – MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB.

GEPECC – GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM ENSINO E CONHECIMENTO CIENTÍFICO – ASSOCIADO AO MUSEU PEDAGÓGICO DA UESB

Deixe seu Comentário

0 comentários

Classificar por **Mais antigos**



Adicionar um comentário...

 [Facebook Comments Plugin](#)